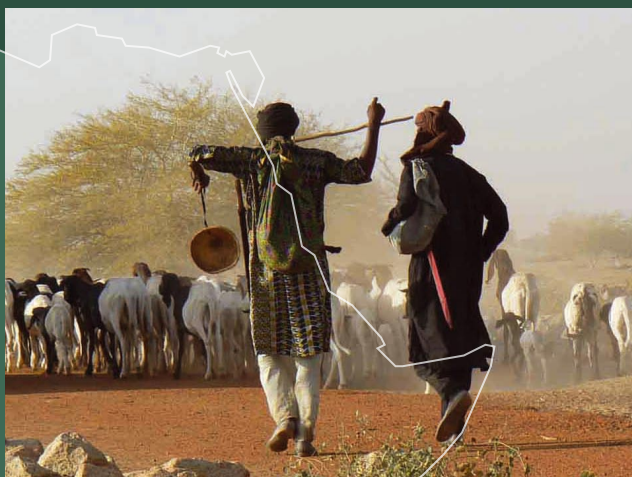


Para uma **Revolução Verde** *Africana*

Relatório e Recomendações das
Reuniões de Alto Nível do Salzburg
Global Seminar de 2008

Nalan Yuksel



© Salzburg Global Seminar 2008

Yuksel, N. 2008. Para uma Revolução Verde Africana: Relatório e Recomendações das Reuniões de Alto Nível do Salzburg Global Seminar de 2008. Salzburg, Áustria: Salzburg Global Seminar.

É permitida a reprodução do texto desta publicação para fins educacionais ou outros fins não comerciais sem autorização prévia do detentor dos direitos de autor.

Para uma **Revolução Verde** *Africana*

Relatório e Recomendações das
Reuniões de Alto Nível do Salzburg
Global Seminar de 2008

Nalan Yuksel

Prefácio

“Chegou a hora de África produzir os seus próprios alimentos e de esta produção ser auto-suficiente. Não há nenhum motivo que impeça África de se juntar à liga das regiões “exportadoras líquidas” de alimentos.

A insegurança alimentar não deve ser tomada como uma situação normal. Ela pode, e deve, ser invertida. Se alguma vez houve uma altura própria para uma Revolução Verde Africana, é agora.

Já passou o tempo das discussões. Devemos implementar soluções imediatas para a crise actual e devemos fazê-lo no contexto de um esforço concertado a longo prazo, para transformar a agricultura de minifúndio, aumentar a produtividade e a sustentabilidade e erradicar a pobreza e a fome.

Para o conseguir necessitamos de uma Revolução Verde Africana sustentável e genuína. Esta Revolução Verde deve tomar em consideração a diversidade dos ambientes agro-ecológicos de África, desenvolver variedades melhoradas para as culturas alimentares básicas, proteger e enriquecer a diversidade genética, melhorar a fertilidade do solo, melhorar o ambiente e assegurar uma produção de alimentos sustentável.

A visão, objectivos e programas da Aliança por uma Revolução Verde em África (AGRA) são exaustivos e abarcam toda a cadeia de valor. A AGRA cobre investimentos significativos para o desenvolvimento de sementes melhoradas adaptáveis, melhoria da saúde do solo, irrigação e gestão hídrica, extensão agrícola, acesso ao mercado e desenvolvimento de políticas”.

Kofi A. Annan, Presidente, Aliança por uma Revolução Verde em África





Índice

Prefácio	ii
Resumo Executivo	2
1. Perspectiva Global	4
2. Objectivo e Temas da Iniciativa	5
Questões orientadoras e temas prioritários	5
3. Uma Visão para uma Revolução Verde Africana Genuína	9
Destaques da conferência	9
Esforços dirigidos pelo governo para transformar a agricultura em África	11
Empenhamento europeu na agricultura africana	14
4. Perspectivas Múltiplas da Agenda para uma Revolução Verde Africana	15
Visões contrastantes, agendas opostas?	15
Para uma compreensão comum de uma Revolução Verde Africana genuína	16
5. Pontos de Acordo Comuns	17
A crise do preço dos alimentos: foco a curto prazo versus objectivos a longo prazo	17
Coordenação/convergência e integração/parcerias	17
Modelar os mercados (e o comércio) em prol dos pobres	18
Ambiente e biodiversidade	18
Processos impulsionados pela procura (centrados no agricultor)	19
Recolha e utilização de dados	20
Desenvolvimento de capacidade	20
Capacitação e equidade	21
6. Recomendações para Promover uma Revolução Verde Africana	22
Instituições e inovações	22
Mercados, comércio e investimento	23
Sustentabilidade ambiental e biodiversidade	24
Governância e processos de políticas	26
Equidade, direitos e capacitação	27
Novas ameaças e oportunidades	28
7. Novas Direcções e Oportunidades	30
Post-scriptum	33
Informação Adicional	33
Agradecimentos	34

Resumo Executivo

Como poderão os agricultores, cientistas, implementadores de desenvolvimento, empresários privados e funcionários públicos desencadear uma Revolução Verde em África com o apoio da comunidade internacional, que responda à conjuntura social, política e ecológica única da região? Foi este o desafio lançado a mais de 113 delegados de 29 países que participaram em discussões relacionadas no Salzburg Global Seminar em fins de Abril/inícios de Maio de 2008. O principal objectivo das deliberações foi avaliar as questões mais críticas e analisar, refinar e organizar uma agenda para uma nova “Revolução Verde” sustentável na África subsariana. A tarefa dos delegados foi responder à pergunta seguinte: Quais são os elementos fundamentais de uma “Revolução Verde Africana” genuína?

Uma mensagem central que surgiu durante as discussões foi que a chave do futuro da agricultura em África reside na actuação numa direcção unificada, com uma visão clara e objectivos concretos. Reconheceu-se que “uma só solução para tudo” não resultaria no continente africano. Em vez disso é necessária uma nova abordagem, que se distancie do conceito de “solução milagrosa”, que procura uma única solução para todos os contextos, e se aproxime de uma abordagem de “mosaico” de várias nuances que vai para além do foco no crescimento da produção e inclui questões relativas ao ambiente, biodiversidade, equidade e direitos.

Os delegados passaram a maior parte do tempo reunidos em grupos de trabalho para analisarem as duas questões abrangentes levantadas no início da conferência: (i) Como usar novos interesses e novos investimentos na agricultura africana para dar origem a uma mudança real e sustentável? (ii) Como integrar estrategicamente estes esforços com outros investimentos e actividades de desenvolvimento e como criar novas alianças e parcerias estratégicas para assegurar o sucesso? Antes das reuniões o Comité Consultivo Internacional

identificou seis temas centrais para foco das discussões. Pediu-se aos delegados para identificar algumas recomendações estratégicas para cada tema, que estão descritas abaixo. Estas recomendações continuarão a ser revistas e melhoradas pelos delegados e outras partes interessadas à medida que as iniciativas se forem materializando.

1. Instituições e inovações

- Desenvolver a capacidade de organizações de agricultores e criadores de gado através de investigação e desenvolvimento orientada para a procura (I&D)
- Transformar a educação e a formação agrícolas.

2. Mercados, comércio e investimento

- Adoptar o Segundo Pilar do Programa Geral para o Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP) (melhorar a infra-estrutura rural e as capacidades relacionadas com o comércio para acesso ao mercado) para investimentos em mercados e comércio
- Investir na capacidade de gestão e partilha de risco através de agro-empresas e cooperativas
- Desenvolver políticas regionais e nacionais para resolver constrangimentos no desenvolvimento da cadeia de valor.

3. Sustentabilidade ambiental e biodiversidade

- Inverter a depleção do solo e aumentar a produtividade mediante o desenvolvimento de capacidade e a recolha de dados
- Promover mecanismos comunitários integrados de gestão hídrica e outras actividades relacionadas com a água
- Criar um inventário e promover o uso sustentável da biodiversidade agrícola africana.

4. Governância e processos de políticas

- Melhorar a relevância das políticas e dos fóruns para permitir que os actores estatais e não estatais respondam às políticas

- Consolidar os mecanismos para melhorar a responsabilização por parte de actores estatais e não estatais.

5. Equidade, direitos e capacitação

- Promover parcerias de colaboração para acesso a recursos financeiros inovadores para os pequenos agricultores
- Desenvolver capacidade para os pequenos agricultores e organizações de agricultores
- Promover reuniões inclusivas a dois níveis para grupos de produtores a níveis distritais e nacionais.

6. Novas ameaças e oportunidades

- Adaptar soluções a longo prazo para os sistemas de produção e marketing abordarem as alterações climáticas
- Desenvolver sistemas de informação em tempo real de previsão do clima e das condições meteorológicas
- Reduzir a vulnerabilidade ao clima a curto prazo por meio de medidas de protecção social.

Como observaram muitos delegados, as condições específicas e complexas de natureza social, ecológica e económica de África implicam que as avaliações de políticas devem fundamentar-se sempre em análises específicas do contexto. São necessárias avaliações pormenorizadas de conjuntos interligados de constrangimentos à transformação agrícola com base em análises específicas dos locais – tanto biofísicas como sociopolíticas – a níveis locais, nacionais e regionais. Para cada contexto devem desenvolver-se tipologias e cenários de futuras “vias” possíveis (por exemplo, diversificação, intensificação, comercialização, etc.) que vão além de simples opções alternativas,

para oferecerem diferentes opções para diferentes grupos de pessoas em diferentes locais.

Isto levanta questões de investimento, não só tecnológico e de infra-estrutura, mas também social, político e institucional fundamental. Os desafios de desenvolvimento e implementação da tecnologia na agricultura africana exigem mais do que grandes investimentos para o desenvolvimento de novas variedades de sementes ou fertilizantes. Exigem também novos programas ousados e novas metodologias de organização e gestão do processo de inovação agrícola. Isto inclui o desenvolvimento de uma agenda para a mudança dos sistemas de inovação agrícola, por meio de abordagens de aprendizagem participativa e inclusiva.

No âmago destas soluções possíveis estão factores políticos, económicos e sociais críticos. Em vez de se defender uma abordagem tecnocrática para estimular um desenvolvimento geral em África, é necessário adoptar-se um posicionamento mais sofisticado. Em particular, é necessário dar maior ênfase à compreensão e ao modo de influenciar os processos de inovação, intervenção e política agrícola, e não se limitar apenas a uma definição do seu conteúdo técnico. Resumindo, tal agenda exige uma abordagem transdisciplinar: aliar os pontos fortes de uma análise técnica e económica à compreensão clara de uma análise sociocultural e política.

Este relatório apresenta um resumo de uma semana de discussões intensas e de grande alcance, realça os pontos-chave acordados (ao mesmo tempo que reconhece as áreas em que existe divergência) e apresenta várias recomendações para seguimento e acção futuros.

1. Perspectiva Global

Há bons motivos que justificam a realização de uma iniciativa subordinada ao tema “Revolução Verde Africana” nesta altura. O recente lançamento de várias iniciativas importantes para toda a África, incluindo o Programa Geral para o Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP) da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a Aliança por uma Revolução Verde em África (AGRA) e o Programa Millennium Villages, reflecte um interesse e boa vontade renovados em investir recursos consideráveis no desenvolvimento agrícola africano. Estes esforços, se geridos judiciosamente, podem levar a uma nova era de investimento responsável e racionalizado e ao desenvolvimento de capacidade, inovação técnica e mudança de política. Por sua vez estes esforços poderiam libertar da fome e da pobreza muitos milhões de africanos e pôr em movimento um ciclo virtuoso de crescimento económico e regeneração rural.

Por outro lado, África enfrenta novos e urgentes desafios. A actual crise do preço dos alimentos aumentou o custo dos alimentos básicos na maioria dos países e afectou adversamente muitos consumidores pobres em África e no resto do mundo. A Conferência e o Seminário procuraram examinar estes problemas e identificar as ameaças e oportunidades específicas que estes acontecimentos mundiais representam para África, procurando soluções a longo prazo, embora reconhecendo as necessidades imediatas.

Para tratar destes assuntos, o Salzburg Global Seminar, em parceria com o Future Agriculture Consortium e o Institute of Development Studies (IDS), criou uma iniciativa com a duração de vários anos que consiste numa série de eventos interligados. Esta tem dois objectivos:

- i) Facilitar propostas para uma “Revolução Verde” na África subsariana, para serem testadas e aperfeiçoadas através de um diálogo entre os que apoiam esta abordagem e uma vasta gama de especialistas dos diversos sectores e regiões; e para ajudar os proponentes desta ideia a reflectirem sobre ela, participando activamente em diálogos construtivos com os seus críticos e assegurando que os seus esforços continuam no contexto de um amplo quadro de políticas, tomando em consideração os pré-requisitos institucionais, políticos, socioeconómicos e técnicos.
- ii) Definir melhor um quadro de desenvolvimento holístico no qual possam ser posicionados novos investimentos na agricultura africana e racionalizados outros novos esforços e investimentos, para ajudar a estimular investimentos adicionais (monetários e outros), e originar uma redução decisiva da pobreza, assim como um aumento sustentável do crescimento e oportunidades económicas.

Os eventos para a iniciativa incluem:

Conferência (30 de Abril – 2 de Maio de 2008): *Para uma “Revolução Verde” em África?*

Seminário (3 a 7 de Maio de 2008): *Uma “Revolução Verde” em África: Que Quadro Conduz ao Sucesso?*

Reuniões sub-regionais em África (2009): *Teste em Campo do Paradigma da Revolução Verde Africana.*

Este relatório descreve algumas das perspectivas principais, pontos de acordo comuns e resultados da Conferência e Seminário e propõe algumas novas ideias e opções para melhorar a política e a prática da agricultura africana. Estas serão criticamente examinadas nas reuniões sub-regionais a decorrer no próximo ano.

2. Objectivo e Temas da Iniciativa

A principal função do primeiro evento, a Conferência, realizada de 30 de Abril a 2 de Maio de 2008, foi avaliar as questões mais críticas e rever, aperfeiçoar e definir uma agenda para uma nova “Revolução Verde” no contexto de uma agenda de desenvolvimento sustentável para a África subsariana. Em particular, a Conferência procurou examinar o enquadramento mental e as hipóteses subjacentes que orientam a política e prática actuais, com o fim de possibilitar a articulação e implementação de um paradigma africano emergente de condições e soluções africanas. Por outras palavras, pediu-se aos delegados, cujo número era cerca de 90, para abordarem a seguinte questão: Quais são os elementos fundamentais de uma “Revolução Verde Africana” genuína?

A Conferência incluiu diversas partes interessadas, não só de África mas também do exterior de África, e participantes do governo, sector comercial e meios académicos, instituições de doadores e organizações não governamentais (ONGs). Estes delegados prontificaram-se a examinar o quadro do desenvolvimento agrícola emergente em África no qual se poderia inserir esta agenda para uma Revolução Verde. Eles também acordaram identificar oportunidades para acrescentar valor às parcerias e recomendar acções específicas para implementação. Recolheram-se e analisaram-se ideias e recomendações para ajustar políticas, racionalizar a prática e criar alianças estratégicas, para identificar pontos de acordo e priorizar questões com vista a uma tomada de acção.

O Seminário, que se realizou após a Conferência, teve lugar entre os dias 3 e 7 de Maio de 2008 e teve a participação de quase metade dos delegados da Conferência, assim como de 23 novos participantes de uma vasta gama, principalmente africana, de organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Este evento usou como ponto

de partida os resultados e recomendações da Conferência e aperfeiçoou-os ainda mais, visando questões estratégicas e identificando acções escalonadas para as resolver. O Seminário considerou questões críticas ao abrigo dos mesmos temas prioritários que ajudaram a modelar as deliberações da Conferência. O Seminário procurou reforçar o ímpeto criado pela Conferência e dar origem a acções mais concretas com base nas ideias e recomendações suscitadas por esse evento. Os delegados do Seminário recomendaram intervenções e acções estratégicas nas áreas de política, prática, actividade de doadores, desenvolvimento de capacidade e atribuição de recursos, identificando etapas seguintes concretas, assim como indicando áreas onde é imperativa a existência de uma liderança mais forte de actores-chave para se poderem realizar os objectivos.

Após estes dois eventos em Salzburg, as recomendações de acções estratégicas serão partilhadas por um vasto leque de instituições das partes interessadas dentro e fora de África, às quais se solicitará feedback e sugestões adicionais. As recomendações também serão partilhadas numa série de reuniões sub-regionais em África, com o objectivo de as testar, aperfeiçoar e contextualizar ainda mais, trabalhando com maiores níveis de detalhes e permitindo a participação de actores nacionais e locais adicionais.

Questões orientadoras e temas prioritários

Duas questões abrangentes guiaram as discussões na Conferência e no Seminário:

1. Como usar novos interesses e novos investimentos na agricultura africana para dar origem a uma mudança real e sustentável?
2. Como integrar estrategicamente estes esforços com outros investimentos e actividades de



Godfrey Bahiigwa (à esquerda) e Ephraim Chirwa (à direita).

desenvolvimento (de doadores privados, ajuda pública ou empresas privadas) e como criar novas alianças e parcerias estratégicas para assegurar o sucesso?

A Conferência *Para uma "Revolução Verde" em África?* incluiu uma série de apresentações e artigos de referência centrados nos seis temas prioritários listados abaixo. Cada uma destas questões e desafios-chave destacados referiram-se à realização de uma Revolução Verde Africana com êxito e foram utilizados para identificar lições gerais, exemplos práticos e implicações de políticas. Estes modelaram as discussões de grupo na Conferência e informaram o trabalho em curso da iniciativa. Apresentam-se aqui os resumos dos artigos de referência; o texto completo das apresentações está disponibilizado no website do Salzburg Global Seminar (ver Informação Adicional, pág. 33).

1. Instituições e inovações

Njabulo Nduli, Consultora de Agricultura, Embaixada da África do Sul em Roma

Nos últimos 50 anos as instituições africanas tradicionais baseadas na agricultura e no agricultor evoluíram de beneficiárias de serviços a tomadoras de decisões. Este artigo informativo descreve a evolução das diferentes instituições africanas e extrai duas conclusões principais do desenvolvimento destas instituições, que importam para uma Revolução Verde Africana: (i) mecanismos de colaboração extensiva incentivam a participação de novos parceiros, especialmente os que não estiveram associados ao sector agrícola, por exemplo, o sector privado e os marginalizados; e (ii) a exclusão das organizações de agricultores destas instituições representa uma grande ameaça, sendo necessárias novas abordagens para reforçar o seu

envolvimento. A senhora Nduli defende também que as instituições devem instalar mecanismos que assegurem que as vozes dos agricultores são ouvidas e as suas práticas são reconhecidas.

2. Mercados, comércio e investimento

John Thompson, Research Fellow, Institute of Development Studies

Os mercados agrícolas que funcionam bem têm potencial para reduzir o custo dos alimentos e a incerteza do abastecimento, melhorar a segurança alimentar e contribuir para o crescimento económico. Este artigo informativo examina a dinâmica da mudança dos “mundos rurais” habitados por vários produtores e processadores agrícolas. O Dr. Thompson identifica três estratégias fundamentais para satisfazer as necessidades e prioridades comerciais e de segurança alimentar destes vários grupos: (i) aumentar a produtividade e oportunidades de mercado do sector agrícola; (ii) promover meios de subsistência diversificados no campo e fora dele; e (iii) reduzir o risco e a vulnerabilidade por meio de políticas, investigação

e investimentos eficazes na produção agrícola e em actividades de protecção social. Ele apela para maior investimento na investigação realizada pelo sector público e no apoio de políticas, para que a população rural se possa dedicar a actividades promissoras baseadas no mercado e criadoras de rendimento, ao mesmo tempo que garante a satisfação dos requisitos de segurança alimentar do agregado familiar.

3. Sustentabilidade ambiental e biodiversidade

K. Atta-Krah, B. Forson, M.R. Bellon, T. Hodgkin, e J. Cherfas, Bioversity International

Corre-se o risco de grave insegurança alimentar em África em consequência da alteração climática e da crescente concorrência das culturas alimentares e dos biocombustíveis pelo solo. Este artigo descreve duas vias gerais para intervenções “éticas verdes” no contexto da Revolução Verde Africana: (i) intensificação de grande escala; e (ii) sistemas de minifúndios ricos em diversidade. Ambas as vias incluem melhor adaptação à heterogeneidade e níveis moderados de intensificação e envolvem agricultores e criadores de gado como actores-chave. Os autores sugerem que as intervenções de políticas fundamentais incluiriam o fim dos subsídios e a utilização de mercados e de outros mecanismos para regular e gerar prémios para os serviços agrícolas/ambientais. Eles argumentam que é possível obter aumentos na produtividade mediante uma adaptação melhorada e um nível de intensificação moderado, em vez de alto.

4. Governância e processos de políticas

Lindiwe Majele Sibanda, Directora-geral da Rede de Análise de Políticas de Agricultura e Recursos Naturais (FANRPAN)

Segundo a Dra. Sibanda, o crescimento sustentável em agricultura só pode ter lugar quando todos os que tiverem um “interesse” nos resultados



Ummakalthum “Umy” Dubow

participarem de modo significativo na definição das regras do jogo. O seu artigo ilustra o modo como a governância e a conjuntura de políticas em África enfrentam inúmeros desafios: processos de exclusão de políticas, agendas de políticas definidas externamente, fraca utilização de especialistas locais, processos de políticas precipitadas, fraco investimento na recolha e análise de dados, capacidade de governo limitada e fraca capacidade de advocacia. A Dra. Sibanda afirma que o desafio assenta na criação de políticas apropriadas que possam impulsionar e sustentar a Revolução Verde de África. As alterações da conjuntura de políticas devem incluir a reforma da governância e dos processos de políticas de África, apoiando a participação de vários actores (incluindo os pequenos agricultores, principalmente mulheres), boa governância, desenvolvimento de capacidade, integração regional, políticas para a tecnologia, infra-estrutura, mercados e comércio e reanálise da arquitectura do desenvolvimento de políticas.

5. Equidade, direitos e capacitação

Pascal Sanginga, Especialista Sénior de Programas, Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento (IDRC), Nairobi

A Revolução Verde Africana pode potencialmente beneficiar muitos africanos, mas existe a preocupação de que os benefícios não chegarão aos mais pobres, principalmente as mulheres rurais pobres. O Dr. Sanginga defende que as mulheres africanas são responsáveis pela maioria da produção de alimentos no continente e, portanto, devem estar no centro de uma Revolução Verde para África. Mas ele afirma que as mulheres estão

frequentemente ausentes quando se formulam políticas, se desenvolvem programas, se definem orçamentos e se tomam decisões. O Dr. Sanginga salienta ainda que os programas existentes não tratam das questões específicas do género que exacerbam a pobreza, como a desigualdade na posse da terra e dos bens, o poder da tomada de decisões, a educação e as normas sociais.

6. Resposta a novas ameaças e oportunidades

Kimseyinga Savadogo, Professor Visitante da Universidade de Minnesota, originário da Universidade de Ouagadougou, Burkina Faso

Existe a necessidade de desbloquear o potencial da agricultura para contribuir para o desenvolvimento africano. Este artigo observa que, mesmo com novas oportunidades, existem novos factores que ameaçam o progresso de uma Revolução Verde Africana. Estes incluem: (i) a pandemia da SIDA/VIH; (ii) crescimento da população e as pressões sobre o ambiente; (iii) alteração climática e as pressões sobre os recursos naturais frágeis; (iv) bioenergia e o aumento da volatilidade do preço dos alimentos; (v) conflitos civis que desgastam os meios de subsistência e a resiliência dos pobres; e (vi) globalização. Contudo, nem todos os agricultores são igualmente afectados por estas condições. No entanto, ao criar respostas a estas ameaças, podem surgir novas oportunidades que poderão servir de suporte ao desenvolvimento e ao crescimento agrícola. O Dr. Savadogo conclui que há necessidade de conceber mecanismos que aliviem os impactos conjuntos destas ameaças e maximizem os impactos de todas as possíveis oportunidades.



3. Uma Visão para uma Revolução Verde Africana Genuína

Destaques da Conferência

O Sr. Kofi A. Annan, anterior Secretário-geral das Nações Unidas e actual Presidente da AGRA, inaugurou a Conferência declarando que “se alguma vez houve uma altura própria para uma Revolução Verde Africana, é agora”. Ele apelou para uma nova Revolução Verde que é “apoiada por políticas ousadas em prol dos pobres, tanto da parte dos governos de África como dos seus parceiros internacionais”. Numa época em que se observa uma escalada sem precedentes do preço dos alimentos e a ocorrência de distúrbios causados pelos alimentos em muitos países africanos, o Sr. Annan alertou os delegados que os custos económicos, sociais e políticos poderiam ser muito graves. Ele advertiu que a actual crise alimentar podia ameaçar destruir os ganhos obtidos por África em anos recentes e alegou que há décadas que a “agricultura africana é negligenciada e que o preço desta negligência é agora evidente”. Chegou a hora, afirmou ele, de África produzir os seus próprios alimentos e de esta produção ser auto-suficiente.

Como conseguir isto? O Sr. Annan baseou-se nas Revoluções Verdes da Ásia e da América Latina, que dependeram de sementes melhoradas, fertilizantes e irrigação de grande escala para reforçar a produtividades dos campos. Ele prosseguiu afirmando que as políticas governamentais ajudaram estes esforços e melhoraram o desenvolvimento rural e os rendimentos das colheitas, mas que os resultados nem sempre beneficiaram os pobres. A África é diferente e o que é necessário, segundo o Sr. Annan, é uma “Revolução Verde Africana” genuína. Em sua opinião, esta revolução única deve:

- Abordar a grande biodiversidade de África e ser sustentável
- Focalizar-se na gestão inteligente de recursos hídricos

- Revitalizar os solos africanos por meio de uma abordagem integrada da gestão da fertilidade dos solos
- Fortalecer os mercados locais e regionais
- Implementar políticas agrícolas e comerciais equitativas ousadas em prol dos pobres
- Abordar as necessidades específicas do pequeno agricultor, dando atenção prioritária às mulheres
- Resolver o problema da exposição crescente do continente aos riscos climáticos.

Ao definir a visão da AGRA para o progresso, (Caixa 1), o Sr. Annan salientou que a Aliança não podia trabalhar isolada e apelou para a formação de parcerias estratégicas com os governos africanos, doadores, organizações de agricultores e o sector privado. A concluir, ele pediu aos delegados para trabalharem conjuntamente para fazer da Revolução Verde Africana uma realidade: “Não há lugar para o insucesso. Juntos, sucederemos”.

O Dr. Abera Deresa, Ministro de Estado do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da República Federal Democrática da Etiópia, respondeu com um voto de agradecimento ao Sr. Annan por enumerar vários desafios-chave enfrentados pela agricultura africana, incluindo a actual crise alimentar, a alteração climática e os insumos agrícolas. Ele comentou sobre o empenhamento dos líderes africanos na melhoria dos meios de subsistência de milhões através de iniciativas como o quadro de desenvolvimento agrícola comum, que empenhou todos os países africanos a investirem pelo menos 10% dos seus orçamentos nacionais na agricultura e a tentar alcançar um crescimento anual consecutivo de 6%, para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Com estes esforços em mente, ele acredita ser possível inverter a dependência do continente africano da ajuda alimentar.



Caixa 1. Aliança por uma Revolução Verde em África (AGRA)

A AGRA é uma parceria dinâmica dirigida por africanos que trabalha em todo o continente com o fim de ajudar milhões de agricultores de minifúndios e as suas famílias a se libertarem da fome e da pobreza. Os programas da AGRA desenvolvem soluções práticas que podem contribuir significativamente para a melhoria da produtividade das terras e do rendimento dos pobres, ao mesmo tempo que salvaguarda o ambiente. A iniciativa proporciona uma plataforma para as várias partes interessadas discutirem e implementarem uma Revolução Verde Africana genuína, que é propriedade de africanos e liderada por eles. Ela salienta a necessidade de uma diversidade de acções para satisfazer as diferentes necessidades de África e, ao mesmo tempo, responder à actual crise alimentar. A AGRA defende políticas que abarcam todos os aspectos-chave da cadeia de valores agrícolas africanos: desde as sementes, saúde do solo e água, aos mercados e à educação agrícola. Ela fundamentar-se-á em muitas parcerias e escutará todas as vozes para assegurar a sua inclusividade e criar processos de responsabilização. Presidida por Kofi Annan, a AGRA tem o apoio inicial da Fundação Rockefeller e da Fundação Bill and Melinda Gates. Possui escritórios em Nairobi, Quénia, e em Acra, Gana.

Para mais informações, consultar www.agra-alliance.org.

O Dr. Deresa concluiu apresentando a seguinte lista de desafios à criação de uma Revolução Verde Africana:

- Conceber e implementar políticas abrangentes
- Assegurar a equidade do género
- Promover o desenvolvimento do sector privado
- Melhorar a capacidade de gerir risco

- Aumentar a comercialização da agricultura de minifúndio
- Promover a cultura e valores para o crescimento em prol dos pobres
- Fortalecer a capacidade institucional e humana
- Examinar os benefícios e riscos de biocombustíveis
- Promover boa governância a todos os níveis
- Reforçar os padrões sanitários/fitossanitários.

A Conferência continuou com o Dr. Ousmane Badiane, Research Fellow Sénior do Instituto Internacional para a Investigação das Políticas de Alimentação (IFPRI) e Consultor de Investigação Sénior da NEPAD, que ofereceu aos delegados uma visão crítica do progresso e uma perspectiva para o crescimento agrícola em África. Ele apresentou as principais tendências e perspectivas do crescimento agrícola para o continente e sugeriu ideias para a agenda de crescimento futuro e para parcerias para o crescimento. Usando os dados estatísticos do IFPRI, ele afirmou que vários países africanos conseguiram progressos significativos nos últimos dez anos e que muitos destes países tinham conseguido interromper ou inverter o declínio rápido dos anos 70 e 80. Contudo, ele advertiu que os países africanos necessitam de acelerar mais as suas taxas de crescimento e de redução da pobreza, se quiserem atingir o objectivo Nº 1 do ODM (reduzir a metade a pobreza e a fome) até 2015.

De acordo com o Dr. Badiane, o desafio é reforçar as mudanças positivas recentes e acelerar e ampliar os processos de recuperação, mas sem perder de vista o crescimento a longo prazo durante estas épocas de emergências. Portanto, uma “Revolução Verde Africana genuína” deve ser diferente do modelo asiático, centralizado na tecnologia, e ir além de um simples aumento do abastecimento de modo a incluir as dimensões de mercados e



comércio, aumentando o papel do sector privado e tendo em consideração a importância da conjuntura de políticas.

Um mecanismo que ajuda a conseguir isto é o CAADP, o quadro da NEPAD para parcerias e renovação de políticas na agricultura africana (Caixa 2). A agenda do CAADP provê a posse e liderança africanas, oferece um quadro comum para o investimento e define alvos orçamentais e de crescimento.

O Dr. Badiane declarou que para avançar é necessário fomentar o processo de implementação, acelerando a integração das estratégias e extrapolando os investimentos a três níveis: (i) programas de investimento e integração de estratégias nacionais e regionais; (ii) criação de parcerias e alianças; e (iii) diálogo e análise de políticas para assegurar o êxito da implementação.

Esforços dirigidos pelo governo para transformar a agricultura em África

A Conferência apresentou aos delegados alguns exemplos de histórias de êxito a nível nacional na área do desenvolvimento agrícola. Apresentaram-se destaques dos esforços dirigidos pelos governos de Benim, Gana e Malawi. Muitos delegados observaram que estes casos não eram únicos, mas que exemplificavam a crescente boa vontade dos governos africanos em investir no sector de modo a aumentar a produtividade agrícola e o crescimento económico em prol dos pobres.

Para uma adesão à Declaração de Maputo – Benim

Sunday Pierre Odjo, Consultor para o Comércio e Política Agrária para a Conferência de Ministros da Agricultura da África Ocidental e Central, iniciou o seu discurso descrevendo a Declaração

Caixa 2. Programa Geral para o Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP)

O CAADP é um esforço da parte dos governos africanos ao abrigo da iniciativa União Africana (UA)/NEPAD. O objectivo principal do CAADP é ajudar os países africanos a atingir maior crescimento económico através de desenvolvimentos dirigidos pela agricultura que eliminarão a fome, reduzirão a pobreza e a insegurança alimentar e possibilitarão a expansão das exportações. Embora o seu âmbito seja continental, é uma parte integrante dos esforços nacionais de promoção do crescimento do sector agrícola e do desenvolvimento económico. Não é um conjunto de programas supranacionais a ser implementado por países individuais. É, mais exactamente, um quadro comum reflectido num conjunto de princípios e objectivos-chave que foram definidos e estabelecidos por chefes de estado e governos para: (i) orientar as estratégias e os programas de investimento dos países; (ii) possibilitar a aprendizagem e análise por colegas regionais; e (iii) facilitar maior integração e harmonização dos esforços de desenvolvimento.

Para mais informações, consulte o site www.nepad.org/2005/files/caadp.php.

de Maputo, que foi o resultado da Conferência de Ministros da Agricultura da UA, realizado no Maputo, Moçambique, em Julho de 2003. A Declaração reconhece a importância e a urgência da implementação do CAADP. Reconhecendo o papel decisivo do sector agrícola na obtenção dos ODM, os Ministros da Agricultura, aos quais os Chefes de Estado conferiram poderes, comprometeram-se a atribuir pelos menos 10% dos recursos orçamentais nacionais para o desenvolvimento agrícola e rural no prazo de cinco anos. O Dr. Odjo

explicou que embora a agricultura tenha sido sempre um sector-chave em Benim – contribuindo com 36% do produto interno bruto (PIB), 75% a 90% das receitas oficiais de exportação (sendo o algodão a principal cultura de exportação), 15% das receitas do estado e 70% do emprego – nunca foi uma prioridade de investimento para o governo. De facto, a quota do orçamento nacional para a agricultura diminuiu em termos reais até 2006, altura em que o empenhamento renovado na agricultura começou a dar efeito.

O Dr. Odjo comunicou que a quota da despesa pública actual relativa à agricultura aumentou de 5% em 2004 para 8% em 2006 e que Benim agora se situa na categoria média dos países africanos em termos do valor do orçamento atribuído à agricultura. O crescimento agrícola respondeu bem a estes esforços de investimento público, especialmente os que visaram o sector

do algodão. O Dr. Odjo concluiu afirmando que o país está, em sua opinião, a meio caminho de conseguir atingir o objectivo de Maputo e que é possível um progresso rápido para se conseguir uma Revolução Verde em Benim mediante maior investimento público na agricultura.

Crescimento e desenvolvimento dirigidos pela agricultura – Gana

A apresentação foi feita pelo Dr. Adewale Adekunle, coordenador do Programa para o Desafio da África Subsariana para o Fórum para a Investigação Agrícola em África (FARA), em nome do Dr. Owusu-Bennoah, Director-geral do Conselho para Investigação Científica e Industrial (CSIR), Gana. A apresentação ilustrou o aumento acentuado dos indicadores macroeconómicos de Gana, que atingiram um valor médio de crescimento do PIB de 4,6% entre os anos 2000 e 2006, o que representa um aumento em



Betty Kibaara



relação ao valor de 4,4% obtido entre 1995 e 1999. De acordo com o Dr. Owusu-Bennoah, esta expansão foi em grande medida promovida por um crescimento significativo do sector agrícola e não pelo comércio. A agricultura aumentou a sua contribuição para o PIB para cerca de 38% em 2006, suportada por aumentos de produtividade e preços internacionais do cacau favoráveis. O sucesso do crescimento agrícola exerceu um impacto positivo no desenvolvimento económico do país e levou a uma redução da pobreza. Espera-se que, com o actual percurso de crescimento agrícola, Gana atinja o objectivo Nº 1 do ODM até 2008 ou 2009.

O Dr. Owusu-Bennoah indicou que foram vários os factores que contribuíram para o êxito do crescimento agrícola de Gana. Estes incluem estabilidade política e boa governância durante quase 25 anos; boas políticas e programas agrícolas apoiados por parceiros de desenvolvimento que ajudam os agricultores de pequena escala a produzirem culturas básicas; diversificação prospectiva e políticas de desenvolvimento do sector privado; investimentos em áreas rurais com melhores infra-estruturas, tais como estradas de acesso, mercados, electrificação rural e programas de microcrédito para pequenos agricultores; maior concentração na investigação, ciência e tecnologia para melhorar as variedades de culturas para os pequenos agricultores; e políticas fiscais sensatas aliadas a um ambiente microeconómico estável para possibilitar o acesso ao crédito do sector privado e impulsionar o investimento na agricultura, especialmente no sector hortícola em expansão.

Programa de Subsídios para Insumos Agrícolas – Malawi

Ephraim Chirwa, Professor Associado de Economia no Chancellor College da Universidade do Malawi e Coordenador Nacional do Future

Agricultures Consortium, apresentou uma avaliação do Programa de Subsídios para Insumos Agrícolas (AISP) do Malawi, uma das iniciativas dirigidas pelo governo mais calorosamente debatida e atentamente observada em África. O Dr. Chirwa observou que a agricultura de minifúndio é caracterizada por altos níveis de pobreza, pequenos terrenos, cultivo contínuo do milho, declínio da fertilidade do solo e grande dependência da produção de milho que depende de poucos insumos agrícolas. A produção de milho é normalmente insuficiente para satisfazer as necessidades de consumo anuais e estas são ainda mais prejudicadas pela grande variabilidade dos preços do milho, reduzindo a rentabilidade dos agregados deficitários. O Malawi sofreu uma grande crise alimentar em 2004/5, quando após uma colheita muito pobre se seguiram preços do milho altos. No ano 2005/6 o governo fomentou um programa de cupões orientado para subsidiar o custo de fertilizantes e sementes para os agricultores de milho e de tabaco.

Com base numa recente avaliação importante do AISP, o Dr. Chirwa observou que num período de dois anos (2005/6 e 2006/7), o rendimento do milho no Malawi aumentou substancialmente. A avaliação estimou a produção total de milho para 2006/7 em 3,4 milhões de toneladas, mais de 30% acima da colheita recorde de 2005/6. Os níveis de segurança alimentar dos agregados familiares também melhoraram, porque a proporção de agregados familiares que comunicaram um grande choque resultante de altos preços dos alimentos desceu de 79% em 2004 para 20% em 2007. O Dr. Chirwa observou que do exemplo do AISP no Malawi se podem extrair lições e oportunidades. O programa depende de uma política e objectivos do programa claros e de uma coordenação consistente com

.....

políticas e investimentos complementares de desenvolvimento rural. Ele observou que é necessária maior responsabilização local e critérios de selecção claros para a distribuição de cupões. O envolvimento do sector privado e a concepção dos cupões também são fundamentais para o sucesso do programa. Deve haver um empenhamento político claro e o programa deve ser conduzido localmente. Por fim, é necessária uma produção atempada e informação de mercado para todos os fazedores de políticas, participantes do sector privado e agricultores.

Empenhamento europeu na agricultura africana

No último dia da Conferência, Louis Michel, Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, ofereceu a sua perspectiva da crescente crise alimentar e chamou a atenção dos delegados para a enorme desigualdade da segurança alimentar entre países ricos e pobres, que ele classificou de “inaceitáveis”. Ele analisou a necessidade de soluções a curto e a longo prazo para estes problemas. Ele advertiu a Conferência que a ajuda alimentar de emergência, embora imprescindível a curto prazo, “não oferece uma resposta para as causas estruturais e crónicas” do problema da segurança alimentar. O Comissário afirmou que a longo prazo, a segurança alimentar só pode ser assegurada se for dada prioridade à agricultura. O aumento da produtividade agrícola deve ser acompanhado de melhorias nas redes de distribuição locais e melhores ligações entre

os pequenos agricultores e os seus mercados. Ele assegurou à assembleia que a União Europeia (UE) estava empenhada em ajudar os seus parceiros da UA a atingir estes objectivos, observando que o 10º Fundo de Desenvolvimento Europeu duplica o compromisso da UE no sector do desenvolvimento rural de 650 milhões para 1,2 bilhões de Euros. Além disto, a UE propõe integrar o seu auxílio futuro à agricultura com a agenda do CAADP da NEPAD.

O Comissário Michel salientou que certas medidas da Comissão Europeia podiam amortecer os efeitos da actual volatilidade do preço dos alimentos, estabelecendo o seguinte: disposições que mitiguem a volatilidade do preço em fileiras (cadeias de valor); fundos de emergência, fundos de intervenção e reservas para garantir a segurança alimentar; sistemas de alerta antecipada e sistemas de informação de mercados; e fundos para a melhoria dos canais de exportação para os produtos agrícolas africanos, tais como o que se desenvolveu para a fileira do algodão. Ele prosseguiu afirmando que África não necessita de uma, mas sim de várias Revoluções Verdes, com diferentes abordagens dependentes da região ou regiões em questão. O Comissário Michel concluiu afirmando que acredita que “garantir a todos os seres humanos um abastecimento adequado e regular de alimentos não é um imperativo moral mas um direito humano fundamental”, e preocupa-o ver que este direito pode ser ignorado, apesar de o mundo ter os recursos necessários para o proteger.

4. Perspectivas Múltiplas da Agenda para a Revolução Verde Africana

Visões contrastantes, agendas opostas?

A Conferência foi iniciada com a partilha das visões dos delegados sobre a Revolução Verde Africana. Alguns delegados salientaram fortemente a necessidade de investimentos significativos para melhorar o acesso aos insumos agrícolas, enquanto outros se concentraram especificamente sobre os direitos e equidade e outros destacaram a sustentabilidade. Esta secção lista as diversas prioridades articuladas por múltiplas partes interessadas durante a Conferência e o Seminário.

Produtividade

Fundamentando-se nos exemplos e inspiração da Revolução Verde Asiática, alguns delegados defenderam fortemente a necessidade de um foco claro no aumento da produtividade das culturas

alimentares através de inovação tecnológica. No núcleo desta agenda está o desenvolvimento e a distribuição de insumos agrícolas vitais – sementes, nutrientes e água – na forma de materiais de cultivo híbridos para as culturas alimentares básicas e para as culturas de rendimento, capazes de suportar os ambientes complexos e propensos a riscos de África, grandes aumentos no uso de fertilizantes inorgânicos e melhoria da gestão dos recursos hídricos.

Crescimento

Para alguns delegados os aumentos da produtividade não foram suficientes e eles apelaram para maior ênfase no crescimento agrícola, o que implica a melhoria das oportunidades de mercado para produtores de pequena escala. Esta perspectiva salienta a necessidade de investimento em I&D



agrícola, comércio regional e global dos produtos de base para promover o crescimento económico, e um desenvolvimento da infra-estrutura para os mercados, para assegurar que a agricultura promove o crescimento tanto do sector rural como da economia nacional.

Direitos e equidade

Alguns delegados defenderam que uma Revolução Verde Africana bem sucedida deve salientar a equidade e os direitos, observando a necessidade premente de assegurar a representação das diversas partes interessadas. É fundamental que os processos inclusivos tomem em conta as questões específicas de género e etnicidade. Houve consenso em relação à necessidade de colocar os agricultores africanos, muitos dos quais são mulheres, no centro de qualquer esforço bem sucedido para reforçar a produtividade agrícola e que até agora as suas vozes não foram suficientemente ouvidas ou levadas em consideração.

Sustentabilidade

O reconhecimento das preocupações fundamentais de natureza social e ambiental levantadas pelos críticos da Revolução Verde Asiática foi a preocupação de alguns delegados que defendiam diferentes métodos para aumentar a produtividade agrícola em África. Para este grupo, a sustentabilidade das intervenções da Revolução Verde era o factor de maior importância e eles defenderam a necessidade de maior protecção ambiental, conservação da biodiversidade agrícola e garantias de que os resultados beneficiariam os pobres.

Para uma compreensão comum de uma Revolução Verde Africana Genuína

Uma mensagem central que surgiu no decorrer da Conferência, e que continuou durante o Seminário, foi que a chave do futuro da agricultura em África residia no avanço numa direcção unificada, com uma visão clara e concreta dos seus objectivos. No entanto esta ideia está associada a uma advertência importante: não existe “uma solução única para tudo”. A abordagem que conseguirá uma verdadeira transformação agrícola em África necessita de se desviar do conceito de “solução milagrosa”, que procura uma solução única para todos os contextos.

O que é necessário, sugeriram vários delegados, é uma “revolução arco-íris” com uma “ética verde”. Esta abordagem de “mosaico” de tonalidades múltiplas necessita de ir além da centralização no aumento da produção para incluir questões ambientais, de biodiversidade, equidade e direitos.

Podemos aprender à custa dos sucessos e erros da anterior Revolução Verde Asiática, declarou sucintamente um delegado, porque temos a vantagem de uma visão retrospectiva. A diversidade de África seria preservada com uma “revolução arco-íris”. O continente só conseguirá suportar os inevitáveis choques e stress ambientais, económicos e tecnológicos do futuro se tiver biodiversidade. Além disto, alguns delegados ponderaram que a criação de condições para a paz e estabilidade é um pré-requisito fundamental para o crescimento agrícola e económico da região.

5. Pontos de Acordo Comuns

Durante as deliberações houve várias áreas nas quais os delegados decidiram “concordar que estão em desacordo” (tais como a questão contenciosa das culturas geneticamente modificadas) ou limitar o debate devido à complexidade do assunto (como a questão da reforma fundiária). Contudo, surgiram vários pontos de acordo comum em várias frentes, assim como o reconhecimento de que todos os elementos são necessários para fomentar uma Revolução Verde Africana genuína. Esta secção descreve estes elementos/pontos de acordo.

A crise do preço dos alimentos: foco a curto prazo versus objectivos a longo prazo

“Já passou o tempo das discussões. Devemos implementar soluções imediatas para a crise actual e devemos fazê-lo no contexto de um esforço concertado a longo prazo, para transformar a agricultura de minifúndio, aumentar a produtividade e a sustentabilidade e erradicar a pobreza e a fome”.

Kofi A. Annan, Presidente, AGRA.

Face a um cenário de preços de alimentos em subida vertiginosa em todo o mundo, o Sr. Annan lembrou aos delegados da Conferência que a desencadeada crise mundial do preço dos alimentos pode dismantlar o progresso conseguido pelos países africanos na última década. Todos os delegados reconheceram que a comunidade internacional e os governos africanos necessitam de responder à actual crise do preço dos alimentos. Os delegados unificaram-se em apoio ao desafio lançado por Kofi Annan à comunidade internacional, para esta apoiar os esforços de África disponibilizando novos investimentos de vulto para acelerar o crescimento da agricultura e sustentar a recuperação económica em curso. Eles concordaram que existe uma necessidade urgente de tratar dos efeitos da escalada de preços nos pobres em África e de mobilizar recursos para reduzir os impactos negativos.

Ao mesmo tempo manifestou-se a preocupação de que, ao tratar da actual crise, não se devia desviar a atenção dos objectivos a médio e a longo prazo para um desenvolvimento sustentável, incluindo a Revolução Verde Africana. Muitos oradores observaram que, embora a curto prazo os altos preços dos alimentos fossem uma ameaça séria para os pobres em África, incluindo muitos agricultores, eles também representavam um incentivo e uma oportunidade de reforçar o investimento no aumento da produtividade agrícola, a que tanto o governo como o sector privado devem responder. Lembrou-se que por trás do aumento do investimento na agricultura na Ásia nos anos 70 estiveram condições semelhantes, que conduziram à Revolução Verde original. Os delegados afirmaram a importância do objectivo a médio prazo de assegurar que os pequenos agricultores têm acesso a insumos agrícolas fiáveis e a preços acessíveis nas próximas épocas de crescimento.

Coordenação/convergência e integração/parcerias

“Os elementos básicos existem, sabemos o que é necessário fazer, mas necessitamos de acções concretas e não de novos enquadramentos”.

Godfrey Bahigwa, Director, Plano para a Modernização da Agricultura, Ministério da Agricultura, Indústria Animal e Pescas, Governo de Uganda.

A importância da coordenação e da integração das iniciativas e instituições foi muito discutida em todos os grupos e sessões plenárias. Os delegados reconheceram que de modo geral havia demasiados actores e que o desafio reside na interligação das suas várias agendas para assegurar que todos avançam na mesma direcção sem objectivos contrários. Há necessidade de coordenação e convergência entre os processos e iniciativas-chave, como a AGRA, o CAADP e outros esforços públicos e privados. Essa coordenação e parceria são

essenciais para a Revolução Verde Africana e exigem o estabelecimento de alianças entre os sectores público, privado e voluntário.

Alguns delegados alegaram que os processos de políticas devem realçar a natureza compacta e dependente de discussões coordenadas das iniciativas e assegurar que se criam estabilidade, transparência e coerência de políticas a níveis nacionais e internacionais. Chegou-se a acordo de que são necessárias parcerias estratégicas. Estas devem envolver vários actores dos sectores público e privado e assegurar que todos os parceiros adoptam boas práticas, que incluem preservar a transparência, responsabilização e eficiência. Em última análise os delegados da Conferência recordaram uns aos outros a importância de incluir iniciativas bottom-up (isto é, conduzidas localmente) assim como esforços públicos e privados top-down de grande escala.

Modelar os mercados (e o comércio) em prol dos pobres

“Para poder capacitar os pequenos agricultores a participarem numa Revolução Verde Africana é necessário melhorar tanto o funcionamento como o desempenho dos mercados de insumos agrícolas, para os pequenos agricultores viáveis poderem aceder a insumos a preços económicos, assim como capacitar os pequenos agricultores vulneráveis com o poder de compra necessário para poderem participar no processo de mercado.”

Balu Bumb, Líder de Programa, Programa de Política, Comércio e Mercados do IFDC, um Centro Internacional para a Fertilidade do Solo e Desenvolvimento Agrícola.

A necessidade de aumentar a facilitação e a coordenação para modelar os mercados de modo a funcionarem mais eficazmente para a redução da pobreza foi um ponto-chave apresentado pelos delegados. Eles reconheceram que é necessário um ambiente facilitador básico que dê atenção

ao desenvolvimento de uma infra-estrutura rural e que apoie a investigação agrícola, para assegurar que os mercados são eficazes e suportam uma agricultura e um crescimento económico sustentáveis. Reconheceu-se que a melhoria de um ambiente facilitador exige intervenções dirigidas pelo governo.

Para o êxito do resultado também foram considerados ingredientes importantes uma maior coordenação do mercado e intervenções estatais selectivas. Contudo, referiu-se que o foco não devia incidir apenas nas culturas básicas importantes, mas também na transformação, diversificação e adição de valor. Em alguns casos, argumentou-se, é necessário o apoio a insumos seleccionados e a outros programas de apoio para otimizar e assegurar a sustentabilidade a longo prazo. Embora o foco deva continuar a incidir sobre as culturas básicas para os mercados domésticos e regionais, alegou-se que a ênfase nas abordagens de cadeia de valor integradas devia ser aplicada às culturas básicas assim como às culturas de alto valor e novas culturas, como os biocombustíveis. Ao longo destes debates lembrou-se sempre que uma Revolução Verde Africana genuína tem de abordar constantemente as assimetrias do poder e da informação nas áreas de mercados e definição de políticas.

Ambiente e biodiversidade

“A biodiversidade é uma das questões essenciais. Temos de assegurar que mantemos uma agricultura diversa e que não nos precipitamos a transformar alimentos em combustível”.

Sunday Pierre Odjo, Consultor para o Comércio e Política Agrária para a Conferência de Ministros da Agricultura da África Ocidental e Central.

A biodiversidade agrícola foi mencionada em vários contextos diferentes. As questões de sustentabilidade e agro-ecologia incitaram a questão de como



desenvolver a resistência em ambientes diversos, complexos e susceptíveis a risco. A discussão centrou-se não apenas nas componentes ecológicas e nos serviços ecológicos, mas também nas questões fundamentais de nutrição, gestão agronómica e saúde e bem-estar. A partilha dos benefícios foi considerada essencial para garantir a preservação da biodiversidade. A “conservação através da utilização” foi realçada como sendo uma técnica que pode acrescentar valor ao ambiente, para que as pessoas possam usar os recursos, realizar os benefícios e investir como necessário na sustentabilidade futura. Os delegados apelaram para uma multiplicidade de abordagens que tratem as questões de diversidade e complexidade através de uma ampla gama de sistemas e ambientes diferentes em todo o continente.

Os delegados concordaram que agora é necessária a promoção de investimentos importantes e a



Susan Kaaria

provisão de insumos essenciais (tais como sementes melhoradas, fertilizantes orgânicos e inorgânicos e a gestão hídrica e do solo) para resolver a deficiência de nutrientes dos solos e aumentar a produtividade. Ao mesmo tempo os delegados advertiram contra os perigos de se ser apanhado numa armadilha de programação e defenderam a utilização de uma auditoria de resiliência, para se evitar ficar bloqueado numa só via de desenvolvimento. A realização de uma auditoria para medir a resiliência de programas foi considerada essencial para melhorar a eficiência e reduzir os desperdícios, para verificar os possíveis impactos das intervenções (incluindo questões de distribuição e bem-estar), e para aumentar a capacidade de as pessoas enfrentarem choques e stress.

Processos impulsionados pela procura (centrados no agricultor)

“Os agricultores foram ignorados no processo que temos vindo a debater há mais de um ano e não podemos ter uma revolução, seja ela verde, amarela ou preta, sem ter em conta os intervenientes-chave, que são os agricultores”.

Mamadou Goita, Director Executivo, Instituto de Pesquisa e Promoção de Alternativas de Desenvolvimento (IRPAD), Mali.

Os delegados da Conferência concordaram unanimemente que os agricultores e as suas necessidades devem estar no centro de uma Revolução Verde Africana genuína. Grande parte da discussão dos diversos grupos temáticos concentrou-se na criação de alianças entre agricultores e as suas organizações a níveis nacional, regional e continental. Isto foi visto como absolutamente vital para assegurar que são definidas prioridades e que os fundos são gastos de modo a satisfazer as necessidades dos agricultores. Todas as iniciativas devem avançar em direcção a esse objectivo. Contudo, existe uma necessidade urgente de investimentos substanciais no desenvolvimento de capacidade.

Os delegados acreditam que as competências necessárias vão muito além das competências técnicas e devem incluir competências complementares (soft-skills). Uma Revolução Verde equitativa exige maior capacidade para facilitar abordagens inclusivas nas quais os agricultores, especialmente os pequenos agricultores e os pobres, possam ter acesso a formação de competências em organização, gestão do negócio, política, advocacia e monitorização do impacto. Muitos delegados acreditam que presentemente há carência destes conjuntos de competências e que os esforços de seguimento deviam concentrar-se neles.

A interligação da política e da implementação a processos impulsionados pela procura, que priorizam os interesses dos agricultores e dos consumidores pobres, foi fortemente salientada pelos delegados da Conferência e do Seminário. Um método proposto para a sua realização foi o fortalecimento da capacidade de as organizações de agricultores e de outros actores da sociedade civil compreenderem e se empenharem eficientemente em processos-chave de políticas nacionais e regionais e de agendas de investigação. Contudo, alertou-se que é necessário ter em conta a “economia da atenção”, salientando a necessidade de evitar sobrecarregar as organizações de agricultores com demasiadas responsabilidades.

Recolha e utilização de dados

“Não possuímos dados fiáveis, [e temos] competências analíticas fracas. Necessitamos de investir na recolha de dados e em sondagens dos agregados familiares para compreender os meios de subsistência.

Os factos são um bem público e todos os cidadãos devem ter acesso a essa informação”.

Lindiwe Sibanda, Directora-geral, FANRPAN.

A ausência ou má qualidade dos dados sobre a produtividade e preços das culturas foi um tema recorrente durante a Conferência e o Seminário.

Salientou-se ser essencial para o futuro melhorar a recolha, disponibilidade e utilização de dados de qualidade para monitorizar o progresso, avaliar o impacto e os resultados e reflectir sobre as opções futuras. Dados fiáveis e atempados são extremamente valiosos para informar a política e incentivar o investimento em áreas estratégicas. Uma opção apresentada para responder ao desafio da melhoria na provisão de dados foi o alistamento do apoio das universidades, centros de investigação e serviços de estatística.

Foram considerados prioritários os dados sobre a produtividade agrícola, rendimento dos agregados, preços de insumos e de produtos, e padrões de despesa pública mais abrangentes. Esta recolha e análise de dados possibilitará o rastreio do progresso, a avaliação do impacto e a modelação de futuras opções à medida que a Revolução Verde Africana se for desenrolando. Foram discutidos métodos para a melhoria da eficiência e economia da recolha de dados e dos sistemas de inteligência do mercado, incluindo a utilização de chamadas por telemóveis, serviços de mensagens curtas (SMS ou textos) e da Internet nas áreas rurais. A previsão e perscrutação de horizontes foram identificadas como vias importantes para assinalar futuras ameaças e oportunidades e para introduzir informação no processo de tomada de decisões.

Desenvolvimento de capacidade

“Falou-se muito a nível internacional, mas necessitamos de falar mais a nível da aldeia. Seria bom ver os agricultores, investigadores e extensionistas a actuarem em conjunto”.

Gem Argwings-Kodhek, Coordenador, Unidade de Coordenação do Sector Agrícola, Ministério da Agricultura, Governo do Quênia.

A necessidade de criar capacidade a todos os níveis, desde o agricultor individual ao funcionário público a nível nacional, foi o tema comum da Conferência



e do Seminário. A componente fundamental deste debate centrou-se no fortalecimento da “política da procura” entre os agricultores e suas organizações e outros grupos da sociedade civil, dando-lhes voz para poderem articular as suas prioridades e negociar com o estado, o mercado e os actores de I&D. Esta voz fortalecida foi considerada decisiva para assegurar a sustentabilidade e como critério de responsabilização. Contudo, continua a ser difícil assegurar que os interesses dos produtores deficitários (agricultores consumidores) sejam tão bem representados como os dos maiores produtores.

Os delegados reconheceram também a necessidade de desenvolver as competências de negociação dos representantes do governo em questões de comércio e normas. Isto é essencial para aumentar a sua capacidade de envolvimento na Ronda de Doha para o comércio. A consolidação da capacidade de resposta das agências governamentais às exigências de produtores e consumidores (investigação, extensão, serviços, etc.) foi considerada uma componente importante da Revolução Verde Africana. Embora se tenha reconhecido a existência de constrangimentos genuínos dos recursos, as discussões centraram-se no modo como o investimento dirigido podia fazer uma diferença real e sustentável.

Capacitação e equidade

“O papel das mulheres é muito importante. No meu país, quando se discute a segurança alimentar, é necessário centralizar-se nas mulheres. Os agricultores de pequena escala e as mulheres são os alicerces. É importante focarmo-nos nas mulheres e na melhor maneira de as capacitar, porque elas são as guardiãs das economias domésticas”.

Salome Danso, Directora Interina, Ministério dos Alimentos e da Agricultura, Governo de Gana.

A inclusão foi considerada como uma parte essencial da nova agenda para a agricultura africana. Isto significa considerar seriamente as questões de

equidade, direitos e poder. Uma questão na qual todos os delegados estavam de acordo foi que as mulheres desempenharão um papel vital no sucesso de uma Revolução Verde Africana. Kofi Annan afirmou inequivocamente que as políticas devem dar prioridade às mulheres, que constituem a maioria dos agricultores em África, e durante a Conferência e o Seminário esta posição foi constantemente apoiada. Muitos delegados concordaram que a questão da equidade do género deve estar no topo da agenda e incluída em todos os temas. Os governos, doadores, organizações de agricultores e ONGs devem todos tomar em consideração a contribuição das mulheres na agricultura e assegurar que elas têm acesso a rendimento e controlo sobre a terra. Mas não basta o consenso de que as mulheres são o pilar do futuro da agricultura em África. No decorrer das várias sessões discutiu-se o modo de conseguir essa equidade e apresentaram-se recomendações para consideração.

A capacitação também significa garantir que os agricultores de pequena escala (e talvez também os consumidores) têm voz activa nas organizações de agricultores. Presentemente os interesses dos pequenos agricultores, mulheres e outros grupos marginalizados, tais como os criadores de gado, não estão bem representados nos grupos de agricultores, nem contam para os prestadores de serviços. Salientou-se muitas vezes durante a Conferência que o gado representa um meio de subsistência para muitos africanos, especialmente para os criadores de gado, e que eles não devem ser esquecidos no seio da Revolução Verde. Além disto, os delegados salientaram que dar aos agricultores uma voz no processo político é uma parte essencial do progresso para um futuro mais sustentável e equitativo para a agricultura africana. Além de avaliar as realizações desta Revolução Verde em termos quantitativos, os delegados recomendaram que sejam definidos objectivos qualitativos em relação à capacitação, voz e inclusão, levando em conta uma abordagem fundamentada em direitos.

6. Recomendações para Promover uma Revolução Verde Africana

Durante a Conferência e o Seminário os delegados passaram a maior parte do tempo em grupos de trabalho, com o objectivo de abordar as duas questões abrangentes apresentadas no início da Conferência:

1. Como utilizar novo interesse e novo investimento na agricultura africana de modo a realizar uma mudança real e sustentável?
2. Como integrar estrategicamente estes esforços com outros investimentos e actividades de desenvolvimento e criar novas alianças e parcerias estratégicas para assegurar o sucesso?

Os objectivos dos grupos de trabalho eram três: (i) ajudar a articular uma abordagem genuinamente Africana para uma nova Revolução Verde; (ii) identificar oportunidades para alianças e parcerias estratégicas para promover o conceito; e (iii) apresentar recomendações de políticas fundamentais e práticas e agendas de acções estratégicas centradas na obtenção dos objectivos. Esta secção apresenta uma breve visão geral das discussões dos seis grupos de trabalho e das recomendações apresentadas. As recomendações são definidas para diferentes fases do desenvolvimento e diferentes graus de especificidade. Elas continuarão a ser revistas e aperfeiçoadas pelos delegados e outras partes interessadas à medida que as iniciativas forem avançando.

Instituições e inovações

Este grupo de trabalho começou as suas discussões examinando as três questões abrangentes de política, disposições institucionais e capacidade. A discussão sobre política centrou-se num exame do CAADP e dos seus quatro Pilares enquanto enquadramento e como integrar isto com as outras iniciativas incluídas no conceito da Revolução Verde Africana. O grupo acordou que os países devem estruturar as suas políticas nacionais, integrá-las

no quadro do CAADP e identificar as instituições através das quais estas políticas serão financiadas e implementadas. Ao mesmo tempo salientou-se que os actores relevantes se devem centrar na comunidade e nos princípios básicos e usar uma abordagem centralizada em pessoas na formulação das políticas, tanto durante o desenvolvimento do programa como durante a sua integração.

O segundo tópico de discussão, sobre as disposições institucionais, concentrou-se em questões de harmonização e coordenação. Os participantes recomendaram a criação de parcerias formais a níveis múltiplos, desde continentais a nacionais e locais, envolvendo em especial alianças entre agricultores. A terceira discussão sobre capacidade incidiu sobre o estabelecimento de plataformas para o diálogo das múltiplas partes interessadas e incentivos para aprendizagem inovadora, partilha de informações, mobilização da investigação e integração dos objectivos da programação. Acordou-se que as novas tecnologias, produtos e sistemas inovadores deviam ser concebidos para benefício dos pequenos agricultores e que deviam ser identificadas vias que garantam que as novas tecnologias alcançam os que delas necessitam. Os delegados enfatizaram também a necessidade de mais esforços para fazer desabrochar a inovação e incentivar a experimentação, tanto a nível da quinta como das instituições mais importantes. Estas actividades podiam ser realizadas por muitos actores, incluindo universidades e instituições de formação, instituições de investigação, serviços de extensão agrícola e organizações de agricultores.

No fim do Seminário o grupo apresentou duas recomendações:

1. Criar capacidade para as organizações de agricultores e de criadores de gado através de I&D impulsionada pela procura



Os participantes propuseram o estabelecimento em toda a África de um fundo pertencente a agricultores e dirigido a estes, para orientar a investigação, inovação e tecnologia para as necessidades dos agricultores. Isto deveria ser um fundo de dotação suportado pelo governo, o sector privado, os filantropos e os agricultores e asseguraria uma investigação impulsionada pela procura, em que a opinião dos agricultores seria ouvida. O fundo serviria várias funções: comissionar e avaliar a investigação e produtos e serviços de informação; extrapolar a investigação, inovação e acesso a insumos dos próprios agricultores; promover trocas entre agricultores; e consolidar a capacidade de as organizações de agricultores estruturarem os seus pedidos de investigação/extensão e influenciarem as políticas. Propôs-se que a etapa seguinte para o estabelecimento deste fundo seria o comissionamento de estudos de casos de experiência anterior com fundos de investigação semelhantes dirigidos a agricultores. Isto ajudaria a modelar o conceito, que seria então estudado à escala piloto num pequeno número de países. Os delegados de Gana, Quênia e Moçambique afirmaram todos estarem interessados em pilotar esta abordagem.

2. Transformar a educação e formação agrícolas

A segunda recomendação foi concentrar-se na transformação das funções das universidades, escolas técnicas e escolas vocacionais e da formação agrícola para melhor satisfazerem as necessidades actuais dos pequenos agricultores. Estas instituições tornar-se-iam participantes activos na nova Revolução Verde mediante a introdução de uma reforma dos currículos e de novas competências. Estas incidiriam sobre as necessidades actuais e incluiriam ideias para aproximar a comunidade e a formação, tais como formação baseada na comunidade, estágios rurais, incentivos e bolsas de estudo

para estudantes que vivam em áreas rurais, maior envolvimento nas comunidades e melhor aquisição dos conhecimentos e experiência dos agricultores locais. O objectivo é ter estudantes e extensionistas equipados com maiores competências técnicas e práticas; aptidões de comunicação, liderança e outras competências complementares; aptidões empresariais, de negociação e de comércio; e outras competências relacionadas, para poderem trabalhar melhor e aprender com os agricultores, como parte da sua formação e experiência de negócio.

Mercados, comércio e investimento

Este grupo de trabalho iniciou as suas discussões concentrando-se em quatro questões principais: (i) política; (ii) bens e gestão de risco; (iii) assimetria do poder, informação e conhecimento; e (iv) transformação e infra-estrutura. A primeira questão, sobre política, centrou-se sobre a importância de criar um ambiente favorável no qual os mercados possam operar eficientemente. Houve desacordo quanto ao papel do Estado por comparação com o do sector privado, mas acordou-se que algumas circunstâncias requerem que o governo seja proactivo, enquanto noutras este papel tem de ser transferido para o sector privado. A segunda questão, sobre bens e gestão de risco, girou em torno das políticas e incentivos apropriados necessários para ajudar os agricultores pobres a gerir o risco e os participantes enfatizaram a importância de diferenciar entre as várias áreas e mercados. Também salientaram a necessidade de se concentrar sobre as culturas alimentares básicas, pois estas terão o maior impacto sobre os pobres. Os constrangimentos críticos a ultrapassar incluem a instabilidade política, instabilidade climática, rentabilidade do preço dos alimentos e preços de insumos, sistemas de crédito e mecanismos de seguros.

A terceira questão, relativa à assimetria do poder, informação e conhecimento, analisou duas áreas

principais: a falta de participação da sociedade civil, das organizações de agricultores e das mulheres nos processos da formulação de políticas; e desenvolvimento da capacidade de participação das organizações de agricultores no processo de políticas e de envolvimento nos mercados. A quarta questão, sobre transformação e infra-estrutura, centrou-se na necessidade de suportar e extrapolar boas práticas, aumentar os investimentos na infra-estrutura e processamento agrícola e melhorar a integração vertical ao longo da cadeia de valor, equilibrando a oferta e a procura e financiando ambas as extremidades da cadeia de valor. O grupo de trabalho acordou duas abordagens estratégicas: (i) criar acesso competitivo a mercados através da coordenação integrada da cadeia de valor e melhoria da gestão e da partilha de riscos ao longo da cadeia de valor; e (ii) efectuar investimento público na infra-estrutura e estabelecer um ambiente legal para o desenvolvimento de agro-empresas mediante parcerias público-privadas, alianças negócio-negócio e joint ventures.

No fim do Seminário as três recomendações do grupo foram as seguintes:

1. Adopção do 2º Pilar do CAADP

O CAADP oferece um enquadramento para actividades como a melhoria da competitividade dos agricultores, a criação de infra-estrutura, o investimento na cadeia de valor e a melhoria da capacidade de agricultores e associações comerciais. O grupo sugeriu a implementação destes programas através de facilitação prática do comércio e assegurando mecanismos de controlo de qualidade para o comércio. Um exemplo apresentado foi o conceito de “Milho Sem Fronteiras” da África Oriental. Outra sugestão incluiu a melhoria da coordenação do desenvolvimento da cadeia de valor de modo a focar-se em actividades como esquemas de “out-growers”, agricultura sob contrato e plataformas de partes interessadas. Finalmente, o grupo

propôs a criação de um fundo de desenvolvimento de empresas dirigido por produtores.

2. Gestão e partilha de risco

Os participantes sugeriram a expansão de mecanismos testados (tais como garantia de empréstimos) para aumentar os investimentos nas agro-empresas e cooperativas. Eles salientaram a formulação de melhores práticas relativas a mecanismos de partilha de risco para o desenvolvimento de agro-empresas. A proposta também lança um desafio às instituições financeiras para criarem serviços e mecanismos inovadores para partilha dos riscos de investimento com os agricultores. Ela sugere que isso seja feito criando garantias de empréstimo e fundos de subsídios compensatórios, esquemas de estabilização de preços públicos/privados, seguros indexados e outros seguros para as variáveis significativas como o clima.

3. Políticas regionais e nacionais (com especial atenção para as culturas básicas e os criadores de gado no desenvolvimento da cadeia de valor)

O grupo recomendou que deviam ser identificados investimentos e mecanismos de investimento capazes de resolver os constrangimentos críticos ao desenvolvimento da cadeia de valor e que deviam ser disponibilizados mais fundos para resolver os constrangimentos. Os delegados sugeriram que a participação de pequenos agricultores e criadores de gado na cadeia de valor devia ser monitorizada para assegurar o seu envolvimento total no processo.

Sustentabilidade ambiental e biodiversidade

Este grupo de trabalho criou uma visão abrangente declarando que uma Revolução Verde para África deve ser uma revolução “criadora de um mosaico de abordagens e soluções, incluindo agricultura



Cheikh Sourang

de conservação, mobilização mínima do solo e uso judicioso de insumos, com o objectivo de usar a grande diversidade de África – humana, cultural, alimentar, biológica, climática e ambiental – para assegurar uma agricultura produtiva e sistemas de subsistência”. Este grupo concentrou-se inicialmente em três questões principais: biodiversidade agrícola e nutrição, gestão hídrica e do solo, e resiliência e sustentabilidade. A primeira questão, relativa à biodiversidade e nutrição, girou em torno do efeito potencial da alteração climática global e do aumento do risco das secas na biodiversidade natural e na agricultura. O grupo reconheceu ser necessária uma grande diversidade de culturas para possibilitar a adaptação e reconheceu o elo entre diversidade de culturas e saúde e nutrição.

O segundo tópico, da gestão hídrica e do solo, centrou-se no modo de resolver a questão do esgotamento de nutrientes e na necessidade de manter a integridade física, biológica e química

da água e do solo. A terceira questão, a resiliência, levou a uma recomendação para as instituições e iniciativas existentes terem um mecanismo de vigilância ecológica e realizarem uma auditoria de sustentabilidade e resiliência que inclua a monitorização, aprendizagem e adaptação. De modo geral, o grupo acordou na necessidade de uma abordagem holística, que enfatiza a gestão integrada dos recursos naturais (GIRN) para os pequenos agricultores e os criadores de gado.

No fim do Seminário o grupo apresentou três recomendações:

1. Inverter a depleção do solo ao mesmo tempo que se aumenta a produtividade agrícola

O grupo recomendou maior acesso dos agricultores pobres a fertilizantes orgânicos e inorgânicos e melhoria da ligação entre a agricultura orgânica e os mercados, para criar maior incentivo para a

.....

adopção desta. O desenvolvimento de capacidade é a chave do sucesso e isto inclui dar formação aos agricultores sobre o uso apropriado de fertilizantes orgânicos e inorgânicos centrados na GIRN. Recomendou-se que deve ser dada prioridade máxima à recolha de dados sobre o solo (erosão, perda de nutrientes e estrutura), nutrientes das culturas, recursos hídricos/gestão hídrica e estimativas anuais fiáveis das culturas e produtos animais. Para que esta recolha de dados se efectue é necessário suporte adicional para os escritórios de estatística desenvolverem, formarem e motivarem os que recolhem os dados no campo e os que trabalham com as estatísticas.

2. Acções relativas à água

O grupo recomendou a promoção de mecanismos de gestão hídrica integrados com base na comunidade, tais como restauração da bacia hidrográfica e plantação de árvores, recolha/armazenamento e gestão das águas pluviais, sistemas de irrigação de pequena escala acessíveis e ajuda no estabelecimento de leis autárquicas baseadas na comunidade para regular e promover uma gestão hídrica apropriada. Esta recomendação também pede um preço da água apropriado, incluindo a exploração do papel da atribuição de preços no controlo do uso excessivo. Em termos da irrigação, esta recomendação pede o apoio do Primeiro Pilar do CAADP para elaborar o seu programa de irrigação planeada, desenvolver esquemas de irrigação adequados de pequena e grande escala e introduzir incentivos para uma manutenção adequada da infra-estrutura.

3. Uso sustentável da biodiversidade agrícola africana

O grupo apelou para um inventário da biodiversidade agrícola (incluindo culturas, animais e peixes) para identificar as espécies ainda não recolhidas e também para documentar e promover o conhecimento indígena da biodiversidade agrícola. O

inventário seria utilizado para desenvolver políticas dirigidas aos direitos de propriedade e sua protecção e ao acesso a recursos para as comunidades agrícolas pobres. Os participantes também recomendaram o estabelecimento de estratégias de conservação para a manutenção da diversidade in situ e ao nível das quintas e a manutenção de livros genealógicos para o gado. O objectivo é aumentar a produtividade de terrenos não marginais e reduzir a pressão sobre os terrenos marginais adjacentes. Eles também apelaram para se actuar no sentido de se ligar os agricultores aos bancos de genes com o objectivo de aumentar a multiplicação de sementes e a distribuição de sementes aos agricultores pobres. E, finalmente, pediram o desenvolvimento de uma política de micronutrientes para aumentar o uso das fontes de biodiversidade existentes a fim de reduzir a malnutrição das crianças.

Governância e processos de políticas

O grupo que trabalhou com o tema da governância e processos de políticas começou a sua discussão analisando os cinco objectivos-chave de desenvolvimento da capacidade de actores estatais e não estatais; reforço dos processos de políticas sensíveis ao género; transparência nos processos financeiros e de políticas; capacidade para recolher, analisar, interpretar e utilizar dados; e melhor integração e coordenação das políticas. Ao longo das discussões salientaram que os agricultores devem ser ouvidos ao longo do ciclo completo das políticas e que devem ser eles a definir as suas necessidades e problemas específicos. A recolha, análise e utilização aperfeiçoada dos dados ajudaria os agricultores a interagir a diferentes níveis dos processos de políticas. As mulheres também tiveram uma posição central nas discussões do grupo e este acordou que é necessário assegurar que as mulheres e as suas necessidades específicas sejam representadas nas quatro áreas de desenvolvimento de



capacidade, análise de dados, integração da política e transparência.

No fim do Seminário o grupo apresentou duas recomendações fundamentais:

1. Relevância da política e receptividade dos actores estatais e não estatais

O grupo pediu a criação de iniciativas para reforçar os fóruns que permitirão o envolvimento de actores estatais e não estatais no processo de políticas, mediante maior desenvolvimento de capacidade e melhor análise e documentação das boas práticas. Os participantes também recomendaram acções de consolidação da capacidade dos actores, para poderem interagir no processo e ajudarem os agricultores a formarem associações e cooperativas. Eles salientaram que são necessárias análises periódicas das políticas para que estas sejam relevantes e receptivas e que isto exigiria maior disponibilidade dos dados e independência da recolha de dados. Finalmente, foi considerado vital o fortalecimento dos meios de comunicação, para assegurar a transparência dos processos e para ajudar a assegurar que as políticas são relevantes e receptivas às necessidades dos agricultores pobres.

2. Responsabilização de actores estatais e não estatais

O grupo propôs estabelecer e reforçar os mecanismos de revisão e responsabilização do desempenho. Isto pode conseguir-se mediante a colaboração entre grupos da sociedade civil e os "observadores oficiais" da política. Também recomendou que os países definam e adoptem indicadores da responsabilização e governância no sector da agricultura estabelecendo um grupo de partes interessadas multisectoriais que possa ajudar a criar e a adaptar os indicadores. Finalmente, o grupo pediu a criação de dados

credíveis e maior capacidade de análise mediante a formação de investigadores, meios de comunicação, organizações de agricultores e ONGs.

Equidade, direitos e capacitação

As deliberações do grupo iniciaram-se com um exame crítico das iniquidades da Revolução Verde Asiática e sugeriu que os resultados eram desequilibrados em termos de género e de distribuição de rendimentos. O grupo prosseguiu com as questões de acesso à terra e ao crédito, principalmente as do acesso das mulheres. O grupo também discutiu o acesso a recursos e a organizações de agricultores e levantou a questão: Quem foi esquecido? O grupo formulou uma declaração de missão para "Capacitar as mulheres, os grupos marginalizados e os criadores de gado para se envolverem activa e efectivamente nas organizações de produtores".

As discussões centraram-se em quatro questões fundamentais. A primeira foi a necessidade de assegurar o estabelecimento de alvos mensuráveis para o género e a equidade e o grupo sugeriu a criação de programas de acções concebidos especificamente para assegurar o acesso das mulheres e dos grupos marginalizados. A segunda girou em torno da necessidade da existência de organizações da comunidade para as competências básicas (por exemplo, competências organizacionais e de negócio) e para a liderança (para influenciar políticas e negociações). A terceira sugeriu que o reforço dos elos horizontais e verticais e das parcerias/redes com outras organizações ajudaria a evitar relações assimétricas, criar maior fluxo de informação e mecanismos de responsabilização e disponibilizar fundos para os agricultores de pequena escala e grupos marginalizados. Finalmente o grupo discutiu como aumentar o acesso a recursos e serviços para os grupos marginalizados por meio de processos proactivos, subsídios para os mais pobres, acesso a novas

tecnologias e conhecimentos, serviços de marketing colectivos e políticas fundiárias equitativas.

No fim do Seminário o grupo apresentou três recomendações:

1. Acesso a recursos financeiros

Há necessidade de parcerias de colaboração entre organizações de produtores, governos, ONGs, bancos e microfinança e organizações internacionais para: (i) testar novos produtos, tais como os empréstimos agrícolas e os esquemas de seguros; (ii) criar capacidade mediante formação em desenvolvimento de empresas; (iii) criar centros de incubação de negócios e actividades de mais-valia e de processamento agrícola e; (iv) recolher provas credíveis baseadas em modelos bem sucedidos de bancos de aldeias para determinar quais os modelos que funcionam para os criadores de gado e as pessoas pobres; e (v) criar uma infra-estrutura sensível ao género, tal como sistemas hídricos e armazenamento melhorados, para que as mulheres disponham de mais tempo para actividades de desenvolvimento da empresa.



Mary Kamau

2. Desenvolvimento de capacidade

O grupo recomendou o comissionamento de estudos de análise comparativa de várias organizações para determinar as suas necessidades de desenvolvimento de capacidade e ainda a quem se destinam estas organizações e se elas estão a incluir questões de equidade. Também é necessária maior incidência sobre a tecnologia e a inovação e maior promoção das mesmas através do desenvolvimento da capacidade de agricultores e organizações de agricultores.

3. Levar a mensagem a África

O grupo pediu reuniões a dois níveis para as organizações de produtores em África, que podiam ser criadas estabelecendo um fórum distrital e um fórum nacional. Os participantes devem incluir produtores (agricultores), ONGs, governos, instituições de microfinança locais, prestadores de serviços de extensão e centros de investigação regionais.

Novas ameaças e oportunidades

O grupo de trabalho começou as suas discussões expondo três princípios fundamentais. O primeiro princípio afirmou a necessidade de usar as tecnologias existentes ao mesmo tempo que também se desenvolvem novas tecnologias, conforme necessário. A ciência e a tecnologia serão decisivas para uma Revolução Verde Africana, mas o estabelecimento de contactos será fundamental, para tomar em conta o que já existe disponível, distribuí-lo rapidamente e estabelecer interligação com o maior número de parceiros possível. O deslocamento transfronteiriço de investigadores e outros deve ser permitido e a tecnologia deve ser relevante para as situações locais. O segundo princípio centrou-se na importância da integração, reconhecendo que existe capacidade limitada para implementação e que a eficácia será aumentada mediante maior integração das actividades e programas. Contudo, é importante que a capacidade



local não seja deslocada, nem colocada em “modo projecto”, o que pode afectar a sustentabilidade do progresso (visto que o ciclo de vida limitado de um projecto não incentivará o desenvolvimento de capacidade local). O último princípio centrou-se em questões de tecnologia, observando que o desenvolvimento de capacidade é um processo a longo prazo e que todos os actores (dos centros de investigação agrícola nacionais e internacionais) devem formar parcerias estratégicas em torno de tecnologias essenciais, tradicionais e emergentes. Neste contexto, a tecnologia deve ser conduzida ao longo da cadeia de valor e as partes interessadas têm de procurar melhores meios de proporcionar serviços tecnológicos.

O grupo discutiu quatro ameaças e oportunidades potenciais: VIH/SIDA e a crise alimentar emergente; alteração climática e conflito na sua relação com a terra; alteração climática e o seu efeito na água; e biocombustíveis.

No fim do Seminário o grupo apresentou três recomendações:

1. Adaptação da produção e dos sistemas de marketing à alteração climática (a longo prazo)

O grupo abordou as questões de vias dos meios de subsistência e sua intensificação e comercialização. Os participantes defenderam a necessidade de desenvolver variedades de sementes tolerantes a stress para diferentes condições agro-ecológicas e apoiaram a centralização em alimentos básicos principais como a mandioca, milho-miúdo, sorgo e outros, sem esquecer as rações de gado e as culturas de forragem. O grupo também salientou que devem ser desenvolvidos esforços semelhantes para o sector do gado, incluindo a provisão de serviços de reprodução e veterinária para facilitar a adaptação à alteração climática, com ênfase

especial em sistemas de criação de gado. Foram propostos dois conjuntos de acções: (i) extrapolar as “alianças de sementes” em prol dos pobres, com mais países e produtos a fazerem parte destas alianças. Além disto, o impulso do lado da procura exige reforço para aumentar o acesso a novas variedades tolerantes ao stress por meio de métodos como subsídios, bolsas e marketing; e (ii) desenvolver “alianças de adaptação da reprodução do gado” equivalentes.

2. Informação agrícola sobre o clima e as condições meteorológicas (a meio prazo)

O grupo recomendou o desenvolvimento e fortalecimento dos sistemas de informação em tempo real do clima e das condições meteorológicas. Os membros do grupo salientaram a necessidade de consolidar e recorrer às lições aprendidas com as iniciativas regionais, nacionais e locais existentes, para a provisão de melhor informação meteorológica que permita aos produtores responder à incerteza e complexidade ecológicas crescentes. Esta recomendação também incluiu uma proposta para alargar o seguro de culturas e do clima para os pequenos agricultores.

3. Protecção social (a curto prazo)

Esta recomendação incluiu acções para reduzir a vulnerabilidade por meio de uma gama de medidas de protecção social, incluindo garantias de crédito e subsídios compensatórios (por exemplo, por meio de cupões e adopção de sementes seleccionadas), transferências monetárias condicionais, sistemas de armazenamento pós-colheita, alimentação escolar, programas alimentares/monetários/pagamento em sementes e rádio da comunidade. O grupo salientou o elo existente entre a lista de medidas acima indicadas e o acesso a tecnologias “resistentes ao clima” e a práticas e formação agrícolas adaptáveis.

7. Novas Direcções e Oportunidades

Resumir as principais lições extraídas de uma série de debates e discussões tão ricos e variados é uma tarefa difícil, se não impossível. Contudo, as deliberações ao longo da semana tiveram várias linhas comuns:

- Evitar diagnósticos e prescrições exagerados. Em seu lugar, reconhecer a dinâmica complexa e a diversidade da vida real
- Compreender as interacções dinâmicas entre os processos económicos, sociais e políticos
- Posicionar os processos de mudança em contextos agro-ecológicos e sociais distintos
- Centralizar-se nas políticas e evitar “soluções” técnicas simplistas
- Reconhecer a existência de percursos múltiplos para a obtenção de meios de subsistência mais sustentáveis baseados na agricultura e negociar soluções de compromisso entre eles
- Evitar “reinventar a roda” da Revolução Verde.

Como observaram muitos delegados, devido às condições sociais, ecológicas e económicas únicas e complexas de África, as avaliações de políticas genéricas são menos úteis para a formulação e implementação de políticas agrícolas do que se pensa. Portanto, as avaliações de políticas devem sempre fundamentar-se em análises específicas de um contexto. Em particular, devem desenvolver-se avaliações detalhadas de conjuntos inter-relacionados de constrangimentos à transformação agrícola no continente a partir de análises específicas dos locais – tanto biofísicas como sociopolíticas – a níveis locais, nacionais e regionais. Devem desenvolver-se tipologias e cenários de possíveis vias futuras (por exemplo, diversificação, intensificação, comercialização, etc.) para cada contexto e estes devem ir para além de simples “opções alternativas”, a fim de oferecer diferentes opções para diferentes grupos de pessoas em diferentes locais.



Membros do comité consultivo dialogam com um delegado.



Bara Gueye, com Lindiwe Sibanda em segundo plano.

O desenvolvimento metodológico de tal trabalho – incluindo o desenvolvimento da capacidade de investigadores, fazedores de políticas e actores da sociedade civil para poderem realizar essa análise – exige um investimento sério, tanto da parte de África como dos países doadores.

O sistema agrícola internacional e nacional deve ser incentivado de modo a pensar mais criativamente sobre o processo de resolução de problemas na agricultura africana e o seu lugar neste processo. Devem ser feitas perguntas ousadas sobre poder, equidade e direitos: Quem define as perguntas? De quem é o conhecimento que conta? Quais os modelos de inovação e formação de políticas mais apropriados? O desenvolvimento

de novas soluções e políticas aumenta a capacidade de quem? Como se define e mede o impacto e como se demonstra o que se aprendeu com a avaliação?

Isto levanta questões de investimento apropriado, não só tecnológico e infra-estrutural, mas também social, político e institucional fundamental. Portanto, os desafios do desenvolvimento e implementação da tecnologia na agricultura africana pedem mais do que investimentos importantes no desenvolvimento de novas variedades de sementes ou fertilizantes. Eles também necessitam de novos programas ousados e novas maneiras de organizar e governar o próprio processo de inovação agrícola, desde a investigação a montante até

.....

à implementação a jusante. Isto inclui o desenvolvimento de uma agenda para a mudança dos sistemas de inovação agrícola por meio de abordagens de aprendizagem inclusivas e participativas, aliadas a “políticas de procura” mais energéticas e organizadas. Entre outras coisas, isto exigirá investimento nas organizações e federações de agricultores para fortalecer a sua capacidade, aumentar a sua aptidão para negociarem com actores públicos e privados poderosos e melhorar a sua capacidade de influenciar agendas de políticas fundamentais.

Tal como já fora repetido várias vezes pelos delegados em determinados pontos-chave dos dois eventos, não existe nenhuma “solução mágica” para os problemas da agricultura africana, nem “solução simples” técnica, de mercado, institucional ou política. Apesar da urgência da actual crise alimentar, as ideias que surgiram da Conferência e do Seminário defendem a análise cuidadosa do contexto e dos parâmetros específicos antes de tirar conclusões precipitadas sobre o que é necessário fazer. Portanto, é importante ir além da reciclagem de ideias supérfluas e tirar lições dos insucessos e “quase insucessos” passados. Isto não significa que as ideias muito debatidas não servem para nada. As soluções sugeridas pelos participantes das reuniões de Salzburg incluíram algumas ideias já muito antigas, testadas e experimentadas (como por exemplo, infra-estrutura melhorada, sistemas de irrigação, armazenamento pós-colheita, subsídios para insumos, formação e consolidação da capacidade a todos os níveis e práticas de GIRN) mas o que é importante é que elas foram qualificadas de novas maneiras.

Reconheceu-se que no centro de todas estas possíveis soluções estão factores políticos, económicos e sociais críticos. Assim, em vez de se defender uma abordagem tecnocrática dirigida por especialistas para impulsionar um desenvolvimento abrangente através da inovação agrícola em África, é necessária uma postura politicamente mais sofisticada. Em especial, é necessário colocar maior ênfase na compreensão e modo de influenciar os processos de inovação, intervenção e política agrícola, e não apenas no seu conteúdo técnico. Tal agenda exige uma abordagem transdisciplinar que reúna a melhor análise económica e técnica aos conhecimentos resultantes de uma análise sociocultural e política.

Como se mencionou anteriormente, esta agenda exige uma compreensão bem fundamentada das realidades locais, enraizada numa análise de constrangimentos específicos do contexto, que possibilite a elaboração e debate de cenários e opções por múltiplas partes interessadas. Isto implica muitos desafios para todos os envolvidos: fazedores de políticas, extensionistas, educadores, investigadores, organizações de financiamento, sociedades do sector privado e, naturalmente, os agricultores e as suas organizações próprias.

Uma mudança exigirá colaboração e parceiras genuínas a todos os níveis, e não apenas actuação inconsequente face a “plataformas”, “integração” e “coordenação” e ainda entre os actores-chave que procuram desencadear uma verdadeira revolução da agricultura africana; uma revolução capaz de realizar um crescimento e desenvolvimento genuinamente equitativo e sustentável.



Post-scriptum

O Salzburg Global Seminar, o *Institute of Development Studies* e o *Future Agricultures Consortium* continuam a trabalhar com o Comité Consultivo Internacional e partes interessadas importantes no sentido de contribuir para fomentar a agenda para uma “Revolução Verde Africana” genuína mais equitativa e sustentável. Os organizadores colaborarão com várias instituições em África e com doadores no sentido de apoiar, em especial, a inclusão de organizações de agricultores nos fóruns críticos de elaboração e decisão sobre políticas. Através dos seus esforços, os organizadores procuram apoiar os esforços de desenvolvimento de capacidade, promover uma integração mais eficaz de políticas e abordagens e fazer avançar processos mais inclusivos, à luz das recomendações fundamentais propostas em Salzburg. As actualizações e resultados da fase seguinte da iniciativa serão disponibilizados nos websites dos organizadores (consultar a contracapa).

Incentivamo-lo a partilhar as recomendações apresentadas neste relatório com terceiros e outras partes interessadas e a pôr em acção as que são directamente relevantes para a missão e objectivos da sua instituição. Só se atingirá um verdadeiro progresso através de uma acção conjunta e empenhamento partilhado nos objectivos a longo prazo de desenvolvimento sustentável e alívio da pobreza através de processos mais inclusivos, com ênfase na capacitação e equidade.

Informação Adicional

Apresentação de Kofi Annan:

www.salzburgseminar.org/mediafiles/MEDIA40093.pdf

Aliança por uma Revolução Verde em África (AGRA):

www.agra-alliance.org/

Programa Geral para o Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP):

www.nepad.org/2005/files/caadp.php

Programa de Subsídios a Insumos Agrícolas do Malawi (AISP):

www.future-agricultures.org/pdf/MalawiAISPFinalReport31March.pdf

Declaração de Maputo:

www.donorplatform.org/component/option,com_docman/task,doc_view/gid,432/Itemid,98/

Apresentação de M. Louis Michel, Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária:

www.salzburgseminar.org/mediafiles/MEDIA40225.pdf

Apresentação de Dr. Baba Dioum sobre o Segundo Pilar do CAADP: Apresentação sobre FIMA:

www.donorplatform.org/content/view/100/146/1/1/

Agradecimentos

Queremos testemunhar a nossa gratidão a todos os doadores que apoiaram os vários aspectos do trabalho e dos eventos descritos nesta publicação. Estes incluem: a Fundação Bill and Melinda Gates, a Fundação William and Flora Hewlett, o Trust Kilimo, a Fundação Rockefeller e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID).

A iniciativa foi coordenada pelo Salzburg Global Seminar e pelo Institute of Development Studies (IDS), liderada por Edward Mortimer e Nancy Smith, do Salzburg Global Seminar, e John Thompson do IDS. A iniciativa foi orientada pela competência do Comité Consultivo Internacional (IAC). Os organizadores desejam agradecer aos membros do IAC a sua contribuição com artigos de discussão, apresentações formais e assistência na presidência da mesa, recolha de feedback e apresentação dos resultados, para a Conferência e para o Seminário:

Adewale Adekunle, Fórum para a Investigação Agrícola em África (FARA)
Ghana Akin Adesina, Aliança por uma Revolução Verde em África (AGRA), Quênia
Gem Argwings-Kodhek, Future Agricultures Consortium (FAC) e Unidade de Coordenação do Sector Agrícola (ASCU), Ministério da Agricultura, Quênia
Ousmane Badiane, Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Agrícola (IFPRI), EUA
Ephraim Chirwa, Future Agricultures Consortium (FAC) e Chancellor College, Universidade do Malawi, Malawi
Mamadou Bara Guèye, Inovação, ambiente e desenvolvimento (IED), Senegal
Susan Kaaria, Fundação Ford, Gabinete para a África Oriental, Quênia
Amdissa Teshome, Future Agricultures Consortium (FAC) e A-Z Consult, Etiópia
John Thompson, Future Agricultures Consortium (FAC) e Institute of Development Studies (IDS), Reino Unido
Ann Tutwiler, Fundação William and Flora Hewlett, EUA
Grace Wasike, Federação dos Agricultores da África Oriental (EAFF), Quênia
Gwen K. Young, Fundação Bill and Melinda Gates, EUA.

Queremos também agradecer a todas as pessoas que contribuíram para as apresentações e sessões de discussão da Conferência e do Seminário:

Kwesi Atta-Krah, Bioversity International, Itália
Louis Michel, Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária
Njabulo Nduli, Embaixada da África do Sul, Itália
Sunday Pierre Odjo, Conferência de Ministros da Agricultura da África Ocidental e Central, Senegal
Emmanuel Owusu-Bennoah, Conselho para Investigação Científica e Industrial (CSIR), Gana
Pascal Sanginga, Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento (IDRC), Gabinete Regional para a África Oriental e Meridional, Quênia
Kimseyinga Savadogo, Universidade de Ouagadougou, Burkina Faso
Lindiwe Sibanda, Rede de Análise de Políticas de Agricultura e Recursos Naturais (FANRPAN), África do Sul

E também ao nosso parceiro de comunicações, WRENmedia, e a Herman Seidl pelas suas fotos.

Os organizadores desejam agradecer especialmente a Kofi Annan, pelo seu discurso de abertura e pela sua dedicação especial a estes temas.

Acerca da Autora

Nalan Yuksel é actualmente candidata ao grau de PhD na Universidade de Sussex, RU, com ênfase na Revolução Verde Africana. Recentemente regressou ao Quénia onde trabalhou como especialista de investigação sénior em política da agricultura e da indústria agro-alimentar para o Centro de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em Nairobi. Anteriormente trabalhara para a Equipa Especial sobre a Fome, do Projecto do Milénio das Nações Unidas, assim como analista da política da agricultura na Agência Canadiana de Desenvolvimento (CIDA). A Sra. Yuksel recebeu o grau de Bachelor of Commerce pela Universidade de Alberta e o grau de MA em assuntos internacionais pela Universidade de Carleton, Canadá.

Créditos

Redação/design/layout: Green Ink Publishing Services Ltd. (www.greenink.co.uk)

Fotos: Fotos da capa, com o consentimento de Neil Palmer/WRENmedia; fotos interiores de Herman Seidl, TIREZ electronic images™, para o Salzburg Global Seminar

O Salzburg Global Seminar (www.SalzburgGlobal.org) conta com 60 anos de êxito reunindo indivíduos e instituições de diversos países, sectores profissionais e opiniões, envolvendo-os em diálogos centrados em temas que promovem o pensamento, oferecem novas perspectivas e nova compreensão, identificam domínios e linguagem comuns e consolidam relações fortes apesar de diferenças frequentemente surpreendentes. O Seminário distingue-se pela criação e implementação de programas que ultrapassam as fronteiras reunindo pessoas e alargando os seus conhecimentos das questões examinadas. Estes programas permitem disseminar práticas comprovadas e coroadas de êxito e adaptá-las a novos contextos, conceber novas abordagens de políticas e práticas, criar iniciativas centradas em problemas e alcançar o progresso na resolução de questões internacionais difíceis.

O Future Agricultures Consortium (www.future-agricultures.org) tem como objectivo incentivar o debate crítico e o diálogo de políticas sobre o futuro da agricultura em África. O consórcio visa discutir os desafios práticos e de políticas associados ao estabelecimento e sustentação do crescimento agrícola em prol dos pobres em África, por meio de diálogos de políticas dirigidos pelas partes interessadas que analisam cenários futuros da agricultura, informados por extensa investigação em campo. O trabalho actual foca quatro temas fundamentais: (i) Processos de políticas; (ii) Crescimento e protecção social; (iii) Comercializações da agricultura; e (iv) Ciência, tecnologia e inovação. Como parte do seu trabalho, Future Agricultures convoca eventos importantes para serem debatidas questões fundamentais sobre políticas, a níveis local, regional e internacional.

O Institute of Development Studies (IDS) (www.ids.ac.uk) é uma organização internacional importante para a investigação, ensino e comunicações sobre o desenvolvimento internacional. Fundado em 1966, o IDS goza de reputação internacional baseada na qualidade do seu trabalho e na sua dedicação na aplicação de competências académicas aos desafios do mundo real. Tem como objectivo compreender e explicar o mundo e tentar mudá-lo, influenciando e informando. O IDS compreende cinco equipas de investigação dinâmicas, oito cursos de pós-graduação populares e serviços de disponibilização de conhecimentos de classe mundial. O instituto possui aproximadamente 100 investigadores, 70 pessoas em serviços informação, 65 em serviços de apoio e cerca de 150 estudantes. A comunidade do IDS envolve uma rede extensa de parceiros, ex-pessoal e estudantes da comunidade de desenvolvimento em todo o mundo.